

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança

Paraguayan women in Santa Catarina in the post-war Triple Alliance

Michel Felipe Moraes Mesalira¹

Resumo: Neste artigo buscamos entender sob quais condições ocorreu a imigração de mulheres paraguaias no contexto do pós-guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) para a província de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa inicial que requer ainda mais investigações. A pergunta principal é como foi a integração das mulheres paraguaias e o que atraía as autoridades políticas e militares a incentivar em certo grau essa entrada? Os principais documentos utilizados são correspondências trocadas entre o Ministério da Guerra, e o Presidente da Província de Santa Catarina em meados da década de 1870, Relações Nominais de dispensa do exército, e as notícias na *Gazeta de Joinville* sobre casos que paravam na delegacia relatando a violência sofrida por mulheres paraguaias nas décadas de 1870 e 1880. São indícios de um capítulo da história que ainda precisa ser pesquisado com a devida profundidade.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança; mulheres paraguaias; Santa Catarina; imigração

Abstract: In this article, we seek the conditions for the immigration of Paraguayan women in the post-war Triple Alliance (1864-1870) for the province of Santa Catarina. This is initial research that requires further investigation. The main question is the integration of Paraguayan women and what do the political authorities and the military attract to a certain degree for this entry? The main documents used are correspondence exchanged between the Ministry of War and the President of the Province of Santa Catarina in the mid 1870s, Nominal Relations of Dismissal from the Army, news in *Gazeta de Joinville* about cases that stopped at reporting the violence suffered by women from research 1870s and 1880s. They are indications of a chapter of history that still needs to be researched in depth.

Keywords: War Triple Alliance; paraguayan women; Santa Catarina; immigration

Introdução

E não era nenhuma miudeza, matéria de pouca importância. Tratava-se de duas correspondências, um telegrama e alguns artigos de jornal dando conta de um capítulo da história do pós-guerra deveras ausente ou quiçá ainda por se fazer, e que inusitadamente ou não se ligava à história de Santa Catarina.

Encontrar essas fontes e interpretá-las foi um trabalho historiográfico cuja intenção é compreender o que aconteceu depois do desfecho da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870),

¹ Graduando em História (UFSC). Bolsista PIBIC/CNPq da pesquisa "Sitiantes e ervateiros do planalto meridional brasileiro", sob orientação do prof. Paulo Pinheiro Machado. Email: michel.mesalira.ufsc@gmail.com.

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

também conhecida como Guerra do Paraguai.² O que viabiliza escrever sobre a entrada das mulheres paraguaias no solo brasileiro são as fontes. A comunicação oficial entre o Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, e o Presidente da Província de Santa Catarina em meados da década de 1870, e os casos de mulheres paraguaias nas notícias da *Gazeta de Joinville* nas décadas de 1870 e 1880 são indícios de um capítulo da história que ainda precisa ser pesquisado com a devida profundidade.

Ao encontrar tais fontes, confirmei com o prof. Paulo Pinheiro Machado, conhecedor da história política e social do Brasil Imperial, a validade do tema. Merecia alguma atenção o fato de o estado brasileiro tutelar mulheres paraguaias no exato momento em que as tropas das forças Aliadas se retiravam do Paraguai.

O Ministro da Guerra, Duque de Caxias, escreveria em meados de 1876 esclarecendo as dúvidas que pairavam sobre a cabeça do Presidente da Província de Santa Catarina, Sr. Alfredo d'Escragnolle Taunay – que atuava naqueles anos da guerra como engenheiro militar e escreveu originalmente em francês o romance *A Retirada da Laguna (1871)*. É certo que Taunay testemunhou de perto o cotidiano de muitas mulheres paraguaias. Reparou que “as mulheres que acompanhavam o exército, contadas na cabeça da ponte em número de setenta e uma, estavam a pé, com exceção de duas montadas em burros; iam quasi todas carregadas com creanças de peito ou pouco mais velhas”.³

Taunay e Duque de Caxias, do lado brasileiro, tentaram após o término da guerra atrair as paraguaias para as colônias brasileiras, ou seja, buscaram formas de regular e controlar a liberdade das mulheres recém saídas da guerra. Há que se pesquisar, em outro momento, a partir das documentações internas - ofícios e minutas que circulavam entre ministros, secretários, presidentes de províncias e diretores de colônias - a proximidade ou a distância entre as intenções e planos do Estado e a implementação, de fato, de políticas de imigração.

Neste artigo, tentaremos entender e atribuir algum sentido para a entrada desse grupo de mulheres, e que Taunay, numa mensagem anotada no canto superior como “urgente”, classificou-as enquanto “classe de imigrantes”.⁴

² A historiografia brasileira sobre a guerra que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai problematiza o próprio nome dessa guerra. Na Argentina, no Uruguai e, mais recentemente no Brasil, vamos encontrá-la como Guerra da Tríplice Aliança. Guerra do Paraguai é, evidentemente, uma forma de colocar sobre os ombros do país adversário a responsabilidade pela guerra. No Paraguai, a guerra vai ser conhecida como Guerra Grande ou Guerra-Guaçú.

³ TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle, 1874, p. 160.

⁴ Arquivo Nacional. Telegrama do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministro da Guerra. 2 de Junho de 1876.

Traremos, também, algumas pistas sobre o que, afinal de contas, se passou com as mulheres paraguaias nas terras de Santa Catarina. Ao final da guerra da Tríplice Aliança, grupos de soldados retornam às suas respectivas províncias. Os 2º e 3º regimentos de Artilharia e o 8º Batalhão de Infantaria vai para o Mato Grosso; o 2º Batalhão de Cavalaria Ligeira retorna ao Rio Grande do Sul; e o 17º Batalhão de Infantaria volta a se aquartelar em Santa Catarina. Há aqui uma sugestão valiosa. No simples voltar para casa, fechar os tempos de guerra e começar vida nova, aparentemente alguns soldados – talvez não só do 17º Batalhão! – já haviam dado início a algo novo ainda em terras paraguaias, em Assunção e arredores. Esse argumento é reforçado pelo historiador Francisco Doratioto, quando afirma que “de fato, esses militares, nos anos que permaneceram no país, criaram vínculos familiares, econômicos e políticos”.⁵

Uma parte dessas mulheres paraguaias em solo brasileiro não teve grande sorte. Alguns artigos publicados pela *Gazeta de Joinville* servirão para enxergar alguns finais pouco felizes, onde Santa Catarina foi o palco da angústia, da dor, do medo e da morte.

Falta, assim, quem escreva sobre a integração das mulheres paraguaias nas sociedades de recepção. E Santa Catarina foi uma delas.⁶

Como eram vistas enquanto pertencentes a grupos étnicos distintos? Como se formulou, ou não, políticas de imigração latino-americanas? São perguntas decisivas. Todavia, considerando a abrangência delas e a margem pequena para desenvolvermos e ensaiarmos boas respostas, propusemos nos deter sobre a decisão das autoridades oficiais em abrigá-las observando qual era o contexto militar e agrário da época – estas são as questões avaliadas como fundamentais para uma pequena (e inicial) história das mulheres paraguaias no pós-guerra da Tríplice Aliança.

A participação decisiva das mulheres na guerra e na economia rural

Após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai ocuparam o Paraguai por mais seis anos. Durante a guerra, a presença das mulheres, junto de indígenas, velhos e crianças, formaram um “exército invisível”.^{7 8}

⁵ DORATIOTO, Francisco, 2004, p. 234.

⁶ Existe na literatura da historiografia do estado do Mato Grosso um pequeno texto feito sobre o assunto. Ver PERARO, Maria Adenir. A imigração para Mato Grosso no século XIX – mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, p. 1-13, 2000.

⁷ DOURADO, Maria. T. G. S, 2005, p. 11.

⁸ Nesse texto, a autora defende a presença de um “exército invisível” formado por crianças, velhos, indígenas e mulheres, em contraposição ao que podemos chamar de “exército visível” formado por soldados. Para mim, a

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

Através de livros de memórias e reminiscências de capitães e generais, livros de episódios militares, romances, ofícios e cartas, Maria Dourado apresenta a participação, pelo lado brasileiro, de muitas mulheres pobres combatentes. As que são conhecidas por nome e sobrenome destacam-se ou pelo fato de serem casadas com militares, ou por feitos nobres – são militares disfarçadas com fardas ou não, salvam feridos, tratam doentes, fabricam balas de fuzis, etc. Assim, ficamos conhecendo Florisbela (natural do Rio Grande do Sul), Maria Francisca da Conceição (chamada Maria Curupaiti e natural de Pernambuco), Jovita Alves Feitosa (natural do Piauí), Ludovina Portocarrero (natural da Cisplatina), Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa (?), Ana Justina Ferreira Nery (natural da Bahia) e Ricarda de Almeida Brito (natural do Amazonas).⁹ Entre elas, tantas outras ainda anônimas na história.

Durante a guerra, em meio às tropas, eram andarilhas, prostitutas e vendedoras. Aquelas que acompanhavam o exército e vendiam comida, bebida e outros objetos eram chamadas, desdenhosamente, pelos militares brasileiros, de “vivandeiras”.

A participação das mulheres paraguaias na economia do Paraguai no séc. XIX não permite oposições ficcionais entre as esferas do mercado e da subsistência, pois, de um modo geral, as mulheres paraguaias trabalhavam e retiravam da terra seu sustento e o da família. Isso não anula a possibilidade da existência de outras atividades concomitantes ou sazonais. Produtos artesanais e agrícolas podiam ser vendidos em pequenos comércios locais e regionais. A flexibilidade e a mobilidade do trabalho campesino soma-se a uma característica fundamental da cultura guarani. Era tradicional a migração masculina, o que abria longas temporadas de ausência da figura masculina em casa e proximidades.^{10 11}

As mulheres paraguaias cumpriam, então, uma liderança doméstica e atuavam na economia do país – com destaque para a produção e a venda de certas mercadorias. Vamos observar, conforme as pesquisas de Barbara Potthast-Jutkeit, que, a partir de listas de arrendamentos, muitas delas com nomes e preços pagos por lotes de terras, as mulheres chegavam a 75% dos arrendamentos na cidade de Assunção, percentual que diminui nos

ideia de “exército invisível serve para realçar, ao mesmo tempo, a presença de sujeitos indispensáveis para o cotidiano da guerra e a miopia da historiografia que tem dificuldades em enxergar esses grupos sociais

⁹ DOURADO, Maria T. G., 2000.

¹⁰ MOBY, Alberto, 2006, p. 1-9.

¹¹ Neste texto, Alberto Moby nota que, como consequência maior da guerra, a ausência dos homens, fosse para servir o exército, fosse para trabalhar nos *yerbales*, fez com que “as mulheres paraguaias se acostuma[ssem] a contar consigo mesmas e a ser quase as únicas responsáveis por sua prole.”. Ver *ibid.*, p. 8.

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

arredores e periferias da capital, assim como notoriamente no interior do país.¹² Esse perfil da mulher arrendatária não traria um tipo de experiência que a dotaria para o trabalho na terra, muito útil nas colônias brasileiras, como veremos adiante? Essa qualidade econômica não era reparada pelas autoridades oficiais como ministros e militares?

Listas de licenças comerciais mostram uma considerável participação das mulheres no mercado formal paraguaio, o que poderia ser ainda maior dado o predominante caráter informal da economia. Recibos da contadoria do exército paraguaio também mostram mulheres oferecendo serviços ao Estado como de costura e venda de mandioca, aguardente e tabaco, abrindo dúvidas para outras mercadorias, que, na ausência de recibos, permitem imaginar uma assídua atuação laboral das mulheres em outros ramos produtivos e comerciais.¹³

Em relação à mobilidade, listas de passaportes – referentes aos anos 1840, 1850 e 1860 – autorizavam as mulheres paraguaias a viajar de um departamento a outro. Assim, pequenos volumes de mercadorias eram transportados pelo interior do país. Além de que o número de mulheres com passaporte aumentou continuamente desde 1846 até 1863.¹⁴ Todavia, mais tarde, no contexto de reconstrução do país dos escombros da guerra, no que as elites chamaram *Regeneración*, as mulheres paraguaias não fizeram parte do programa político. Alberto Moby fornece pistas para possíveis fatores que levariam à repulsão de muitas delas ao seu país de origem: “(...) *la determinación de los productos que deberían cultivar los pequeños agricultores, la reglamentación de su trabajo y la prohibición del uso del idioma guaraní incluso en las escuelas rurales.*”¹⁵

Segundo Alberto Moby, no pós-guerra, surgiria no Paraguai a questão da “delinquência feminina”. Havia mulheres famosas por pequenos delitos, com passagens e fugas pelo Departamento Geral de Polícia.¹⁶ Neste contexto, as elites paraguaias ocuparam-se de estratégias para definir a “mulher ideal”, cujo valor moral a definiria como uma verdadeira paraguaia. Surgem, já no desfecho da guerra, duas categorias, podemos assim dizer, de mulheres. As *agraciadas*, cujos parentes foram seguidores de López. As *agraciadas* seriam condenadas não pelos juízes de López, mas pelas forças locais da Tríplice Aliança. Estas mulheres ficaram conhecidas como *residentas*. Retiradas à força de suas casas, seguiam com as

¹² POTTHAST, Barbara. Entre lo invisible y lo pintoresco: las mujeres paraguayas en la economía campesina (siglo XIX). *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v. 40, p. 203-220, 2003, p. 211.

¹³ Ibid., p. 212, 213.

¹⁴ Ibid., p. 214, 215.

¹⁵ MOBY, Alberto, 2017, p. 1-34.

¹⁶ MOBY, Alberto, 2014, p. 184-212

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

tropas paraguaias ou tornavam-se andarilhas, com pousadas provisórias. Já as *traidoras*, ligadas aos parentes de réus políticos, foram, por isso mesmo, castigadas. As *traidoras* ou *destinadas* que não foram fuziladas, seriam mandadas para Yhú, e depois para Espadín, onde ficariam num campo de concentração.¹⁷

Taunay comenta que muitos “achavam-se à margem inóspita do Iguatemi, numa espécie de campo de concentração denominado Espadim”, e que algumas mulheres (as *destinadas*) e crianças livravam-se deste triste destino: “No dia 14 de dezembro vimos chegar ao nosso acampamento oitenta e tantas mulheres e crianças, escapas ao terrível desterro”.¹⁸

Mas apesar de evidente o controle, no final da guerra, as tropas Aliadas representavam, paradoxalmente, para muitas delas uma forma de escapar das agruras da miséria, fome e morte.

Há uma evidência que deve deixar o historiador alerta. As correspondências trocadas entre Duque de Caxias e Taunay são valiosas, com certeza, mas não podem ser lidas de modo a criar em nós uma falsa impressão de ação unilateral. As paraguaias não estavam simplesmente resignadas. A evidência está num artigo de jornal de Assunção, no qual vimos conhecer que, numa certa manhã, “(...) um grupo de mulheres se apresentou ante o General Guimarães primeiro, depois ante o Ministro Brasileiro e fomos [trata-se do jornal] informados que até mesmo ao Cônsul da Itália, **solicitando nada menos que uma mudança radical no pessoal do P. E. [Poder Executivo] (...)**”.¹⁹

A interação entre as paraguaias e as autoridades oficiais constitui uma perspectiva interessante. É difícil saber exatamente de qual grupo social pertenceriam aquelas mulheres, mas é um dado significativo o fato de que teriam procurado um general, um ministro brasileiro e um cônsul italiano para pedir uma transformação do Executivo.

Entre casadas, amancebadas e solteiras

No dia 2 de junho de 1876, o Presidente da Província de Santa Catarina, Sr. Alfredo d’Escragnoille Taunay, escreveu um telegrama para o Ministro da Guerra, Duque de Caxias, onde se lê na parte superior o que daria o tom de seriedade do assunto, pois grafava a palavra “urgente”. Faltava um dia para o prazo limite estipulado entre as diplomacias das forças Aliadas e o governo paraguaio para desocupação e retirada das tropas. Junho era o mês de cheias e,

¹⁷ MOBY, Alberto, 2010, p. 95-96.

¹⁸ TAUNAY, Alfredo d’Escragnoille, 2008, p. 87.

¹⁹ **La Libertad**, Assunção, n. 40, 27 de abril de 1874, grifo nosso.

assim, o nível da água dos rios permitiria a navegação de navios com instrumentos, artilharias e soldados. Antes disso, era impraticável. Quem sabe por isso, também, o aspecto grave do telegrama. Taunay contou que “além de praças **casados** vierão com o 17º [Batalhão] muitas outras que são **amancebadas**”²⁰, e que recebeu permissão do Comandante da Brigada para decidir o que fazer com todas aquelas que não se encontravam casadas. Cita, inclusive, uma ordem na qual era concedido um limite máximo de soldados casados por companhia. E já havia chegado aos quinze soldados casados permitidos.

Havia um certo costume no século XIX de soldados serem dispensados quando estivessem casados ou amancebados.²¹ Para Taunay, deveriam ser “arranchados”, o que impediria que os casais excedentes à ordem limite e as mulheres solteiras fossem abandonadas à própria sorte. Acontece que, para tanto, precisava da autorização do Ministro da Guerra para pagar a quantia de 250 reis a cada uma. Ao final, justifica-se: “Considerarei essas mulheres como uma classe de imigrantes e **parece-me útil aproveitá-las**.”²²

Pouco depois desse telegrama, saiu uma lista de circulação interna militar, informando os dez soldados do 17º Batalhão de Infantaria com tempo de serviço concluído e com suas respectivas companheiras.²³ Nominalmente eram Manoel Romão Bispo (ingresso no exército em 1864), Manoel Gomes Barbosa (em 1865), Claudino José de Oliveira e Antonio Pereira de Moraes (ambos em 1866), Clarinho Lopes de Almeida, Joaquim Antonio de Oliveira, Gonçalo Marinho, Zeferino José Espindola e Ricardo Francisco do Nascimento (todos em 1867) e Jesuino Golçalves da Silva (em 1868). Todos recrutados, menos Jesuíno, voluntário e que adentrou mais tarde no exército.

²⁰ Arquivo Nacional. Telegrama do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministro da Guerra. 2 de Junho de 1876, grifo nosso.

²¹ Como afirma KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 3, n. 3, Maringá, UEM, pp. 113-151, 1999, p. 117, “o governo imperial limitou o impacto do recrutamento sobre a sociedade civil e, principalmente, evitou as despesas necessárias para manter em pé um grande exército.”

²² Arquivo Nacional. Telegrama do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministro da Guerra. 2 de Junho de 1876, grifo nosso. O discurso de Taunay coincide com as dificuldades no Império em povoar as colônias e em promover disciplina e entusiasmo pelo trabalho agrícola – discurso muito comum entre Diretores de colônias militares e Presidentes de Província e que não necessariamente correspondessem com a realidade. Isso fez com que o exército buscasse recrutamentos forçados, comutações de pena, penalizações a desertores, trouxesse mercenários e estrangeiros. Sobre esse assunto, ver KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 3, n. 3, Maringá, UEM, pp. 113-151, 1999; MENDES, Fábio F. A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

²³ Arquivo Nacional. Relação nominal do 17º Batalhão de Infantaria. 14 de Julho de 1876.

Outra lista saiu do quartel de Santa Catarina trazendo o nome de todos os soldados casados do 17º Batalhão.²⁴ No total, eram noventa e quatro soldados com esposas.

No mês de julho, Duque de Caxias escreveu do Rio de Janeiro para Taunay (já Presidente da Província de Santa Catarina), informando que o pagamento dos 250 reis a cada mulher solteira trazida pelo 17º Batalhão seria realizado até o final daquele mês. Já para as mulheres casadas determinava o seu estabelecimento na colônia militar de Santa Thereza, próxima ao rio Itajaí onde hoje seria a cidade de Alfredo Wagner, e que na época comunicava a cidade de São José com a vila de Lages.²⁵ Duque de Caxias solicitava uma relação nominal das mulheres casadas – infelizmente não encontramos fonte semelhante. É possível especular que se ansiava levar famílias para dedicarem-se ao trabalho em roças e pequenas produções, afinal, era uma característica econômica desta colônia. Muitos trabalhadores livres e pobres, nacionais e estrangeiros eram atraídos às colônias militares pela promessa de recebimento de terras, roças, ferramentas e sementes. Os colonos solteiros recebiam lotes de 10.000 braças, famílias formadas por três pessoas recebiam 22.500 braças, e, famílias compostas por mais de três pessoas recebiam 40.000 braças. O título de terras seria definitivo após dois anos de trabalhos na colônia e comprovado tempo de residência.²⁶

Levá-las até a colônia de Santa Thereza possivelmente fizesse parte da configuração do próprio sistema de colonização brasileiro, o qual permitia o ingresso de colonos estrangeiros. A colônia de Santa Thereza previa desde o decreto de sua criação, em 1858, a inserção de civis, e era reconhecida a falta de interesse por parte das autoridades oficiais em ocupá-la com soldados do exército.²⁷

Ao que parece, Taunay não estava certo da correspondência anterior enviada pelo Ministro da Guerra, e guardava dúvidas. Pois em 1º de Agosto, escreveu um telegrama perguntando: “Paga-se ainda este mez as folhas das mulheres Paraguayas?”²⁸ É difícil saber *se* e *quantas* mulheres paraguaias estavam entre as solteiras que receberiam o direito à etapa – cuja determinação oficial era encerrar em breve –, ou se estavam entre as casadas – cuja

²⁴ Arquivo Nacional. Relação nominal das praças cazadas com declaração do respectivo tempo de praça. 13 de Junho de 1876. Seria exagerado citar os noventa e quatro soldados casados. Possui uma fotografia desse documento.

²⁵ Arquivo Nacional. Correspondência do Ministro da Guerra para o Presidente da Província de Santa Catarina. 15 de Julho de 1876.

²⁶ BRÜGGEMANN, Adelson, 1877.

²⁷ BRÜGGEMANN, *ibidem*.

²⁸ Arquivo Nacional. Telegrama do Presidente da Província de Santa Catarina para o Ministro da Guerra. 1º de Agosto de 1876.

determinação oficial era enviá-las para a colônia militar de Santa Thereza. Ou, quiçá, ainda, estavam embaralhadas nas duas formas nas quais a Província de Santa Catarina e o Ministério da Guerra criou para interferir e decidir pela vida daquelas mulheres.

A semelhança na atenção ao sujeito (mulheres paraguaias), ao tema (imigração) e ao tempo (pós-guerra) faz do texto *A imigração para Mato Grosso no século XIX: mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades* de Maria Adenir Peraro fundamental para traçar comparações e levantar hipóteses. As suas fontes essenciais são os recenseamentos de 1872 e 1890. Para Maria Peraro, as mulheres paraguaias puderam reconstituir suas vidas nos novos locais preservando características culturais e constituindo novas sociabilidades. Conforme os censos de 1872 e 1890, na província do Mato Grosso haviam situações em que numa mesma casa residiam brasileiros com paraguaias – eram famílias extensas -, bem como existiam lares formados apenas por paraguaias, algumas viúvas. O trabalho das paraguaias no espaço público era como engomadeiras, lavadeiras, costureiras, etc.²⁹

Nas paróquias Senhor Bom Jesus e São Gonçalo de Pedro II (ambas em Mato Grosso) algumas dezenas de casamentos de paraguaias foram identificados no período do pós-guerra. Maria Peraro percebeu até casos cujos filhos de paraguaias eram recenseados como brasileiros e de raça branca. Como o professor Paulo Pinheiro Machado chamou minha atenção, no Brasil, filhos de homens brancos com índias poderiam ser considerados brancos, de acordo com a posição social do pai. É possível que se trate de uma forma de assimilacionismo e uma razoável integração dos filhos das paraguaias na população nacional. Além de que é possível que existissem casos de algumas paraguaias brancas migrantes ao Brasil. Dados relativos à raça das mulheres paraguaias ou dos casais formados entre brasileiros e paraguaias não dispomos no momento para traçar um quadro.

Essa sociabilidade que Maria Peraro identifica não equivale no caso de Santa Catarina. As fontes de que dispomos, pelo menos, não nos permitem dizer algo nesse sentido. Contudo, há que fazer um reparo importante nessa comparação que estamos traçando: a anexação de parte do Mato Grosso ao Paraguai. Essa fronteira criou uma condição especial. A mobilidade, portanto, acontece em arranjos espaciais bastante distintos.

Para Maria Peraro, “a imigração de contingentes dos países vizinhos era vista por parte dos administradores como pouco contributiva para o desenvolvimento da província [de Mato

²⁹ PERARO, Maria Adenir, 2000, p.12.

Grosso]”³⁰. Essa premissa também merece mais estudos. Os imigrantes que chegavam, sobretudo a partir de meados do século XIX, eram dirigidos a núcleos de proprietários do planalto meridional que tinham pequenas produções, sobretudo de gêneros alimentícios.³¹ Como vimos, o próprio Presidente da Província de Santa Catarina considerou “útil aproveitá-las” (as paraguaias saídas da guerra). Parece necessário, então, combinar aquela política de colonização que buscava atrair as populações pobres europeias com a entrada de imigrantes latinoamericanos dentro de contextos específicos, e a guerra da Tríplice Aliança é um caso particular.

A província do Mato Grosso era atrativa na medida em que representava a possibilidade de muitas delas reconstruírem suas vidas, distante dos efeitos duradouros da guerra. Poderiam falar a língua guarani sem o risco da censura. E com o tempo, a presença de paraguaios radicados no Brasil tornaria plausível emigrar para novos lugares, uma vez que deixava de ser uma aventura ao desconhecido.³² São dados razoáveis também para a imigração de paraguaias a Santa Catarina no final do século XIX, mas reconhecidamente carecem de mais pesquisas.

Na sequência, vamos conhecer casos onde se evidencia a relação entre brasileiros e paraguaias em Santa Catarina; onde os afetos, com chances de terem sido tecidos no contexto do pós-guerra da Tríplice Aliança, são quebrados pelo cotidiano de violência.

Em Santa Catarina: Juliana Giudico e outros casos

Na pesquisa realizada no jornal *Gazeta de Joinville*, foram encontradas situações de violência contra mulheres oriundas do Paraguai e também seus filhos. São casos que mostram a possibilidade de conexão entre a guerra e a vida em novo território. Reunidos, indicam a viabilidade de aprofundarmos-nos sobre as novas sociabilidades construídas em Santa Catarina.

A polícia foi acionada. O soldado Camillo Alexandre de Oliveira do 17º Batalhão - aquele mesmo que esteve em solo paraguaio - assassinou a facadas a paraguaia Juliana Giudico. O artigo do jornal não anunciou com precisão quem era, se era esposa, nem sua ocupação. Sequer indicou algum motivo para a brutal morte.³³ Apenas ficamos sabendo que Camillo foi preso e que a polícia abriu inquérito. Possivelmente existam mais rastros escondidos pelos arquivos.

³⁰ Ibid., p. 5.

³¹ MACHADO, Paulo Pinheiro, 1999.

³² PERARO, ibidem, p. 8.

³³ Desterro, *Gazeta de Joinville*, ed. 00018, Joinville, 1877, f. 2/4.

Dois anos mais tarde, em 1879, novamente na sessão do jornal chamada “Desterro”, lê-se a notícia de que um soldado, do 17º Batalhão de Infantaria, ao encontrar um “crioulo” na casa de uma mulher paraguaia – com quem estava “amaziado” –, desferiu três facadas no dito “crioulo”. Parece que foram “ferimentos leves”. O soldado foi preso em flagrante.³⁴

No ano seguinte, quando já era noite, na rua da Constituição, um soldado do exército – presume-se que pertencente ao 17º Batalhão – apunhalou com uma facada a perna de uma mulher paraguaia e fugiu.³⁵ A polícia realizou auto de corpo de delito na mulher. Nada mais soubemos.

A última notícia encontrada apresenta um caso de tortura de uma criança (não sabemos a idade). A centralidade no texto da notícia está na repugnância moral de quem maltrata uma criança. Existe um registro indireto que nos interessa. Na casa onde vivia essa criança morava um ex-soldado do exército, chamado José Pedro – que fugiria da polícia. Ele era casado com uma paraguaia.³⁶ Não sabemos se José Pedro era pai ou padrasto da criança, ou se nutria algum sentimento pela criança.

Conclusão

O texto apresentado faz parte de uma pesquisa ainda em andamento. As famílias formadas por militares brasileiros e paraguaias inauguram suas histórias em solo paraguaio, e continuam nas províncias de Mato Grosso e Santa Catarina. É fácil imaginar que desde 1876, quando desembarcaram no novo país, seguissem pelo interior das províncias a palmilhar novas rotas em busca de moradia, trabalho e uma vida digna. As fontes e a historiografia consultadas mostram mulheres casadas, amancebadas e solteiras acompanhando tropas, apresentam esposas como importante força de trabalho para as colônias militares e evidenciam mulheres paraguaias próximas de autoridades oficiais do estado paraguaio e brasileiro.

Os casos de violência se tornaram ocorrências policiais e notícias na imprensa, e merecem ainda pesquisas mais focadas a fim de avaliar a representatividade das situações frente ao número de famílias formadas entre brasileiros e paraguaias. Só assim iremos conseguir precisar melhor a tese das “relações paradoxais”, usada para afirmar uma generalização que vê os companheiros oriundos das fileiras do exército ora enquanto uma alternativa de vida para

³⁴ Ferimentos, **Gazeta de Joinville**, ed. 00014, Joinville, 1879, f. 2/4.

³⁵ Ferimento, **Gazeta de Joinville**, ed. 00036, Joinville, 1880, f. 3/4.

³⁶ Barbaridade, **Gazeta de Joinville**, ed. 00010, Joinville, 1881, f. 3/8.

As mulheres paraguaias em Santa Catarina após a guerra da Tríplice Aliança – Michel Felipe Moraes Mesalira

aquelas decididas a buscar felicidade fora do seu país, ora enquanto algozes, como mostram os casos encontrados na *Gazeta de Joinville*.

Referências

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMACHER, Schuma. **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BRÜGGEMANN, Adelson. **A sentinela isolada**: o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). Dissertação (mestrado em História), UFSC, 2013.

DORATIOTO, Francisco. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 209-235, 2004.

DOURADO, Maria T. G. Matriarcas, patriotas, andarilhas e vivandeiras: a presença feminina na Guerra do Paraguai. **XXIII Simpósio Nacional de História**, ANPUH-Londrina, p. 1-7, 2005.

DOURADO, Maria. T. G. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v. 3, n. 3, Maringá, UEM, pp. 113-151, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de Colonização no Império**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.

MENDES, Fábio F. A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

MOBY, Alberto. A delinquência feminina no Paraguai: a paraguaia ideal e a paraguaia real em meio ao caos do pós-guerra da Tríplice Aliança. **Historiae**, Rio Grande, 5 (1), p. 184-212, 2014.

MOBY, Alberto. **La noche de las kygua vera**: la mujer y la reconstrucción de la identidad nacional en la posguerra de la Triple Alianza (1867 - 1904). Assunção: Intercontinental Editora, 2010.

MOBY, Alberto. Mulheres ‘distinguidas’ e mulheres do povo no Paraguai do pós-guerra da tríplice aliança: desigualdade social e direito de cidadania feminina durante a regeneración. **XII Encontro Regional de História**, ANPUH-RJ, p. 1-9, 2006.

PERARO, Maria Adenir. A imigração para Mato Grosso no século XIX – mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidades. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, p. 1-13, 2000.

POTTHAST, Barbara. Entre lo invisible y lo pintoresco: las mujeres paraguayas en la economía campesina (siglo XIX). **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 40, p. 203-220, 2003.

QUEIRÓZ, Paulo R. C. O livre comércio entre Matogrosso e o Paraguai (1872-1898). **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Niterói, p. 1-34, 2017.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **A Retirada da Laguna**. Trad. de Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Recordações de guerra e de viagem**. Brasília: Senado Federal, 2008.